



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Acrescente-se § 10 ao art. 26 do Projeto, com a seguinte redação:

“**Art. 26.**

.....

§ 10. Para fins de enquadramento como nanoempreendedor, nos termos do inciso IV do caput deste artigo, será considerada como receita bruta do prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos 25% (vinte e cinco por cento) do valor total auferido em todas as plataformas por meio das quais preste serviços.”

JUSTIFICAÇÃO

Foi aprovada pela Câmara dos Deputados uma excelente contribuição ao texto do PLP nº 68/2024, a criação da figura do nanoempreendedor, pessoa física com faturamento de até R\$40,5 mil por ano (metade do teto do MEI), que será isenta do recolhimento dos novos tributos. A medida tinha o intuito de atender revendedores de produtos de catálogo, motoristas de aplicativo e entregadores.

Entretanto, a categoria de prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativo possui uma particularidade que não foi observada: a grande parte desses motoristas possuem um rendimento anual bruto acima do limite estabelecido. De acordo com os dados de uma pesquisa feita pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), com registros administrativos das empresas associadas à Amobitec e com motoristas de aplicativos, o ganho médio bruto por hora em viagem é de R\$43,00 reais. Com base nesses dados, se um motorista apresentar uma média de 44 horas semanais,



o mesmo terá uma renda bruta anual de aproximadamente R\$90.816,00 reais. É importante notar que os referidos dados representam uma média nacional. Em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, milhares de motoristas apresentam ganhos brutos superiores à média nacional.

Mesmo considerando os trabalhadores que exercem essa atividade de forma não habitual - aqueles que dirigem apenas alguns dias por semana de forma a complementar a renda com outra atividade, a média dos ganhos anual dos motoristas por aplicativo seria em torno de R\$49 mil reais, utilizando como base os dados do estudo supracitado.

A razão principal de um faturamento maior desses trabalhadores em relação a outras atividades profissionais de autônomos se explica pelos custos dessa atividade serem muito altos, os quais contemplam a manutenção do seu veículo ou do aluguel do carro utilizado, gastos com combustível, depreciação, entre outros. O Grupo de Trabalho, estabelecido pelo Decreto nº 11.513, de 1º de maio de 2023, para discutir uma regulamentação do trabalho em plataforma, estimou que os custos da atividade seriam de 75% dos seus ganhos brutos.

Nesse sentido, a presente emenda visa contemplar essa especificidade da atividade do transporte individual privado na definição de nanoempreendedor. Com tal propósito, sugere-se que, para o transporte individual privado o limite a ser considerado seja em relação aos ganhos líquidos desses profissionais, considerando 25% como base líquida, a qual foi estipulada pelo Grupo de Trabalho supramencionado é contemplada pelo Projeto de Lei Complementar nº 12/2024, do próprio Poder Executivo.

É importante mencionar que, atualmente, esses trabalhadores sequer têm seus serviços tributados pelo ISS, devido à isenção concedida por municípios como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. Dessa forma, os novos tributos IBS e CBS, estimados em 26,5%, representarão uma nova carga tributária que incidirá sobre os ganhos dos motoristas, praticamente eliminando toda a renda líquida que eles possuem.

Vale aqui destacar que, segundo a referida pesquisa feita pela Cebrap, o contingente de pessoas que trabalham com as plataformas de transporte individual é de aproximadamente 1,66 milhão só no Brasil, sendo 1.274.281



motoristas e 385.742 entregadores. Desse total, a maioria trabalha para complementar a renda mensal (67% dos entregadores e 57% dos motoristas) e o restante como única fonte de renda. No Pará, por exemplo, segundo o Sindicato dos Motoristas de Transporte por Aplicativos do Estado do Pará (Sindtapp), há cerca de 25 mil motoristas de aplicativo rodando na Região Metropolitana de Belém.

Se esta emenda não for acatada, ficará inviável para milhares de pais de família, que trabalham como motoristas e entregadores, continuarem suas atividades junto às plataformas de transporte individual, levando-os ao desemprego e a informalidade.

Sala da comissão, 24 de setembro de 2024.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)

